

# **TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 1201**

## **CONSEQÜÊNCIAS E CAUSAS IMEDIATAS DA QUEDA RECENTE DA DESIGUALDADE DE RENDA BRASILEIRA**

**Ricardo Paes de Barros  
Mirela de Carvalho  
Samuel Franco  
Rosane Mendonça**

Rio de Janeiro, julho de 2006



# **TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1201**

## **CONSEQÜÊNCIAS E CAUSAS IMEDIATAS DA QUEDA RECENTE DA DESIGUALDADE DE RENDA BRASILEIRA**

**Ricardo Paes de Barros\***  
**Mirela de Carvalho\***  
**Samuel Franco\***  
**Rosane Mendonça\*\***

Rio de Janeiro, julho de 2006

---

\* Da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea.

\*\* Da UFF.

## **Governo Federal**

### **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

**Ministro** – Paulo Bernardo Silva

**Secretário-Executivo** – João Bernardo de Azevedo Bringel



Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

#### **Presidente**

Luiz Henrique Proença Soares

#### **Diretor de Cooperação e Desenvolvimento**

Alexandre de Ávila Gomide

#### **Diretora de Estudos Sociais**

Anna Maria T. Medeiros Peliano

#### **Diretora de Administração e Finanças**

Cinara Maria Fonseca de Lima

#### **Diretor de Estudos Setoriais**

João Alberto De Negri

#### **Diretor de Estudos Regionais e Urbanos**

Marcelo Piancastelli de Siqueira

#### **Diretor de Estudos Macroeconômicos**

Paulo Mansur Levy

#### **Chefe de Gabinete**

Persio Marco Antonio Davison

#### **Assessor-Chefe de Comunicação**

Murilo Lôbo

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

ISSN 1415-4765

JEL I32

## **TEXTO PARA DISCUSSÃO**

Uma publicação que tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos, direta ou indiretamente, pelo Ipea e trabalhos que, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## **SINOPSE**

Nos últimos anos temos assistido a uma importante transformação na distribuição de renda brasileira. Desde 2001, a desigualdade vem caindo consideravelmente. Apesar dessa boa notícia, o Brasil ainda é um dos campeões mundiais da alta desigualdade, o que faz da sustentabilidade dessa redução uma questão fundamental para a agenda futura do país. Embora a queda recente ainda não seja a maior nem a mais prolongada dos últimos 30 anos, caso se mantenha pode vir a se tornar um fato sem precedentes. O objetivo central do estudo é investigar os determinantes imediatos dessa queda na desigualdade ocorrida entre 2001 e 2004. Com base em uma série de simulações contrafactuais, identificamos e quantificamos a contribuição da demografia, da melhoria das redes de proteção social do país e de mudanças relacionadas ao mercado de trabalho. Atenção é dispensada também às transformações ocorridas nas associações e interações entre esses fatores.

## **ABSTRACT**

In the last years, we are testifying an important changing in the Brazilian income distribution. Since 2001, inequality is decreasing considerably. Nevertheless, Brazil is still one of the world champions with respect to high inequality, which makes the sustainability of this decreasing one fundamental issue for the future country agenda. Although this recent fall is not the biggest nor the most extended of the last 30 years, if it continues it could turn into an unprecedented fact. The main objective of this study is to investigate the immediate determinants of this recent decline in income inequality between 2001 and 2004. Based on a series of micro counterfactual simulations, we identify and quantify the contribution of demography, the improvement of the social protection network and changes in the labor market. Attention is also given to the changes occurred in the associations and interactions between these factors.



# SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 A EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE	8
3 A IMPORTÂNCIA DA QUEDA RECENTE DA DESIGUALDADE SOBRE A POBREZA	14
4 IDENTIFICANDO OS DETERMINANTES MAIS PRÓXIMOS DA QUEDA DA DESIGUALDADE	23
5 ANÁLISE DOS DETERMINANTES IMEDIATOS DA QUEDA RECENTE DA DESIGUALDADE	24
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	32





# 1 INTRODUÇÃO

A boa notícia é que a desigualdade de renda brasileira caiu. Desde 2001, esse fenômeno vem ocorrendo. Até 2004, o coeficiente de Gini já havia se reduzido em 4%.

Apesar de extremamente importante, procuraremos demonstrar neste estudo que a queda da desigualdade de renda brasileira ocorrida entre 2001 e 2004 não foi a maior nem a mais prolongada dos últimos 30 anos. Ao longo desse período, houve dois momentos em que a desigualdade de renda caiu mais do que recentemente, sendo que em um deles, a queda se estendeu por cinco anos.

Conforme veremos, existem evidências de que a desigualdade de renda continuou caindo ao longo de 2005 e a expectativa é que possamos ter pela frente uma quebra de recorde em termos de redução na desigualdade.

Vale lembrar que sempre que ocorrem reduções no grau de desigualdade de renda, a renda média dos pobres aumenta proporcionalmente mais que a dos ricos. Dessa forma, apesar de a queda recente da desigualdade não ter sido a maior ou a mais prolongada dos últimos 30 anos, ela foi suficiente para que os mais pobres percebam um nível de desenvolvimento no país e um aquecimento da economia que outros grupos de renda não estão percebendo. Conforme buscaremos argumentar no estudo, o crescimento na renda média dos pobres foi extremamente elevado, chegando a superar o crescimento na renda *per capita* da grande maioria dos países.

Evidentemente, o aumento acelerado na renda média dos mais pobres reduz a pobreza. A queda na pobreza, por sua vez, resulta tanto do crescimento econômico balanceado, que eleva igualmente a renda de todos os grupos, quanto das reduções no grau de desigualdade, as quais elevam a fatia dos pobres na renda nacional e reduzem a dos ricos. Nas últimas décadas, sempre que se observou queda na pobreza brasileira, esta foi consequência do crescimento econômico. Este, em isolado, sem a ajuda das reduções de desigualdade, pode ser muito pouco efetivo. Procuraremos demonstrar que, contando apenas com crescimento econômico, o tempo requerido para acabar com a pobreza é demasiadamente longo. Pequenas reduções na desigualdade têm o mesmo impacto sobre a pobreza que consideráveis taxas de crescimento econômico.

Resta saber se a queda recente da desigualdade, ocorrida entre 2001 e 2004, é sustentável. Para isso, precisamos investigar seus determinantes imediatos. Com base em uma série de simulações contrafactuais, identificamos e quantificamos a contribuição da demografia, da melhoria nas redes de proteção social do país e de mudanças relacionadas ao mercado de trabalho. Neste último caso, isolamos a contribuição das transformações na disponibilidade e na qualidade dos postos de trabalho daquelas relacionadas à melhoria na qualificação da força de trabalho. Atenção é dispensada também às mudanças ocorridas nas associações e interações entre esses fatores.

Aprender sobre o que causou a queda recente entre 2001 e 2004 pode ser extremamente útil para desenhar intervenções futuras. Afinal, na medida em que existir margem para que os fatores determinantes da queda observada na desigualdade continuem sendo modificados, eles poderão continuar gerando impacto. Além disso, este tipo de análise revela fatores que estão estagnados e cuja transformação poderia

estar sendo promovida em prol de reduções ainda maiores no grau de desigualdade de renda.

Para dar conta de descrever o fenômeno analisado, identificar suas principais conseqüências e causas imediatas, estruturamos o estudo em mais seis seções além desta introdução. A seção 2 busca descrever os acontecimentos recentes na distribuição de renda e contextualizá-los no cenário dos últimos 30 anos. Em seguida, passamos à análise das conseqüências da queda da desigualdade. Nessa seção, os principais resultados de interesse são: a renda média dos pobres, a pobreza e a extrema pobreza. Na seção 4, apresentamos o arcabouço teórico que norteia a investigação das causas da queda recente da desigualdade de renda e a metodologia utilizada para isolar e quantificar a contribuição de cada determinante. Na seção 5, os resultados são apresentados e interpretados. Por fim, a seção 6 resume os principais achados e apresenta algumas recomendações de políticas que se podem extrair desta investigação.

Ao longo de todo o trabalho, a desigualdade de renda analisada é sempre aquela associada à distribuição de pessoas segundo a renda domiciliar *per capita*. As informações utilizadas são as da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Também são brevemente utilizadas, na seção 2, informações da Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Como as Pnads até o ano de 2003 não incluíam a área rural da região Norte, essa área foi excluída da pesquisa de 2004 para efeito de comparabilidade com as anteriores.

## 2 A EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE

Estimativas da desigualdade de renda no Brasil mostram um declínio acentuado desde 2001. A disponibilidade de informações sobre a desigualdade de renda no país para os últimos 30 anos permite que analisemos não só a magnitude da queda recente observada, mas também em que medida essa redução na desigualdade foi a mais persistente nesse período.

### 2.1 O GRAU DE DESIGUALDADE DE RENDA ATUAL

Ao menos quatro das principais medidas de desigualdade apontam que, apesar das flutuações, o nível atual da desigualdade de renda no Brasil é o menor dos últimos 30 anos<sup>1</sup> (ver gráficos 1A a 1D).

No entanto, observar apenas essas quatro medidas não é suficiente para assegurar que a desigualdade em 2004 é definitivamente a mais baixa do período. Para saber inequivocamente se hoje ela é a menor, é preciso comparar a curva de Lorenz dos diversos anos. O gráfico 2A indica que, apesar de a curva para o ano de 2004 assemelhar-se a um “envelope” das curvas para os demais anos, observamos que há vários cruzamentos.

---

1. As medidas de desigualdade utilizadas foram: coeficiente de Gini, índice de Theil-T, razão entre a renda apropriada pelos 10% mais ricos e pelos 40% mais pobres e razão entre a renda apropriada pelos 20% mais ricos e pelos 20% mais pobres.

GRÁFICO 1  
**Brasil: evolução temporal da desigualdade de renda familiar  
*per capita* – 1976-2004**

GRÁFICO 1A

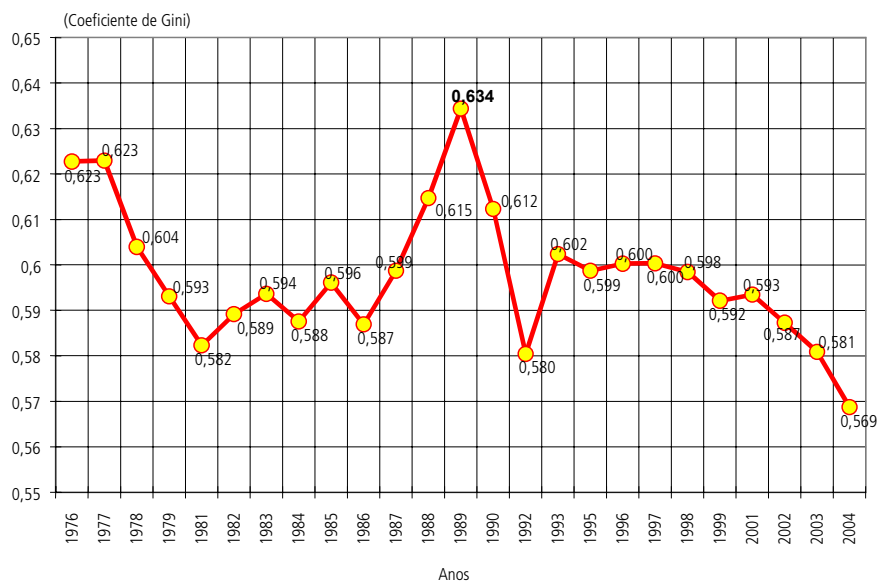


GRÁFICO 1B

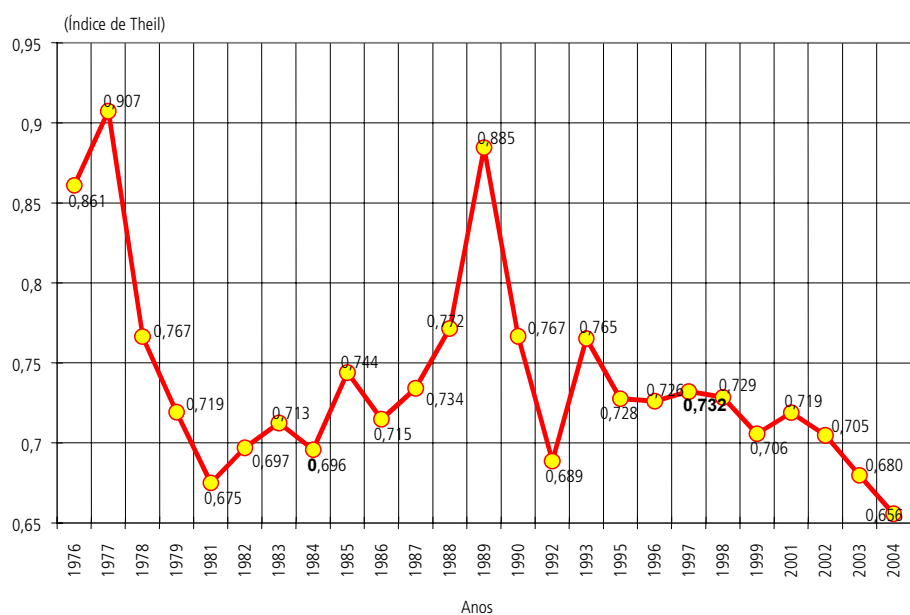


GRÁFICO 1C

(Razão 20+/20-)

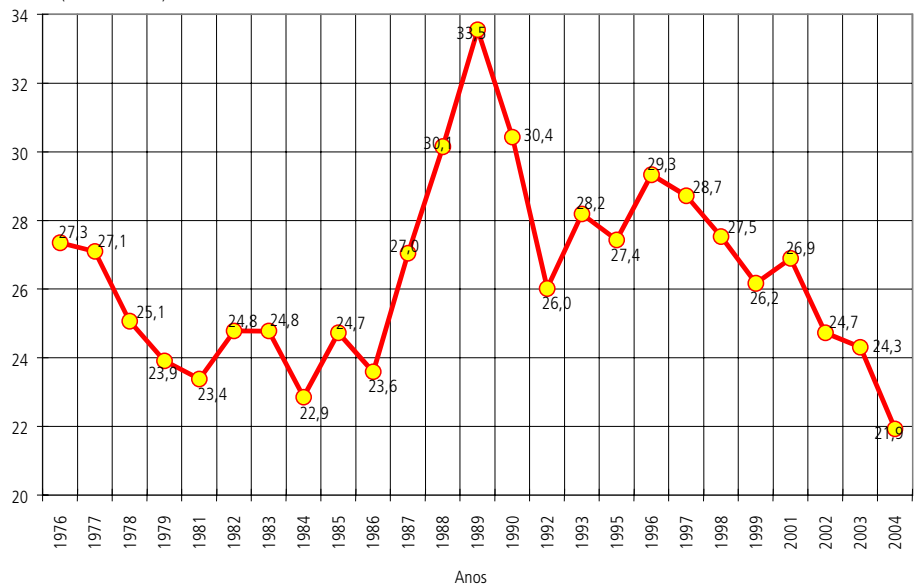
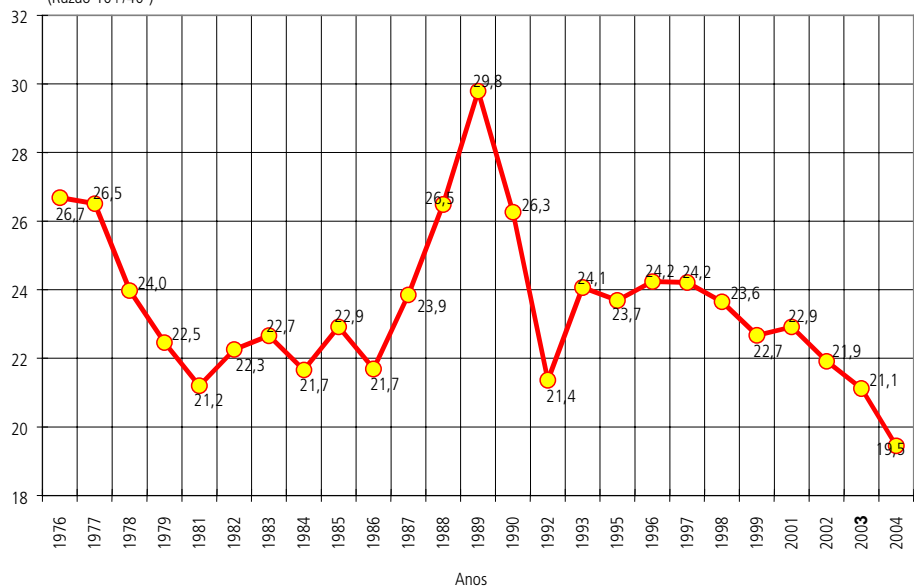


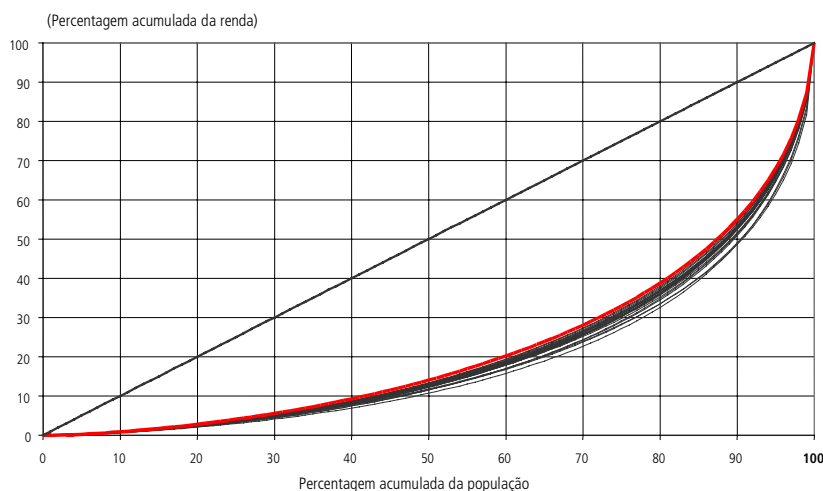
GRÁFICO 1D

(Razão 10+/40-)



Fonte: Estimativas produzidas com base nas Pnads de 1976 a 2004, porém nos anos 1980, 1991, 1994 e 2000 a Pnad não foi a campo.

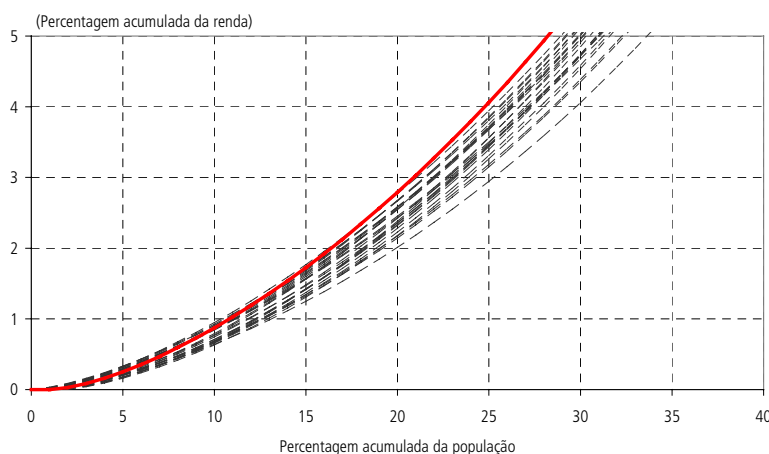
GRAFICO 2A  
**Curvas de Lorenz – 1976-2004**



Fonte: Estimativas produzidas com base nas Pnads de 1976 a 2004, porém nos anos 1980, 1991, 1994 e 2000 a Pnad não foi a campo.

No entanto, todos esses cruzamentos ocorrem até cerca do 20º centil da distribuição, conforme podemos visualizar melhor no gráfico 2B, o que significa que medidas de desigualdade que não sejam extremamente sensíveis à cauda inferior da distribuição mostrarão, como no caso das quatro medidas apresentadas no gráfico 1, a desigualdade em 2004 como sendo a menor desde 1976.

GRÁFICO 2B  
**Curvas de Lorenz: 40 primeiros centésimos – 1976-2004**



Fonte: Estimativas produzidas com base nas Pnads de 1976 a 2004, porém nos anos 1980, 1991, 1994 e 2000 a Pnad não foi a campo.

## 2.2 DECLÍNIO ACENTUADO E PROLONGADO DA DESIGUALDADE

Recentemente, entre 2001 e 2004, houve uma forte redução na desigualdade de renda no país. Essa queda recente, entretanto, não foi a maior nem a mais prolongada dos últimos 30 anos. Podemos observar três grandes reduções na desigualdade de renda ao longo desses anos. A primeira ocorreu no quinquênio 1976/1981, quando o coeficiente de Gini declinou em quase 7% e o índice de Theil-T, em 22%. A segunda queda importante da desigualdade ocorreu no triênio 1989/1992, quando o

coeficiente de Gini se reduziu 8% e o índice de Theil-T, 22%. Essas duas quedas foram maiores e pelo menos tão prolongadas quanto à ocorrida no triênio 2001/2004, quando o coeficiente de Gini caiu 4% e o índice de Theil-T, 9%.

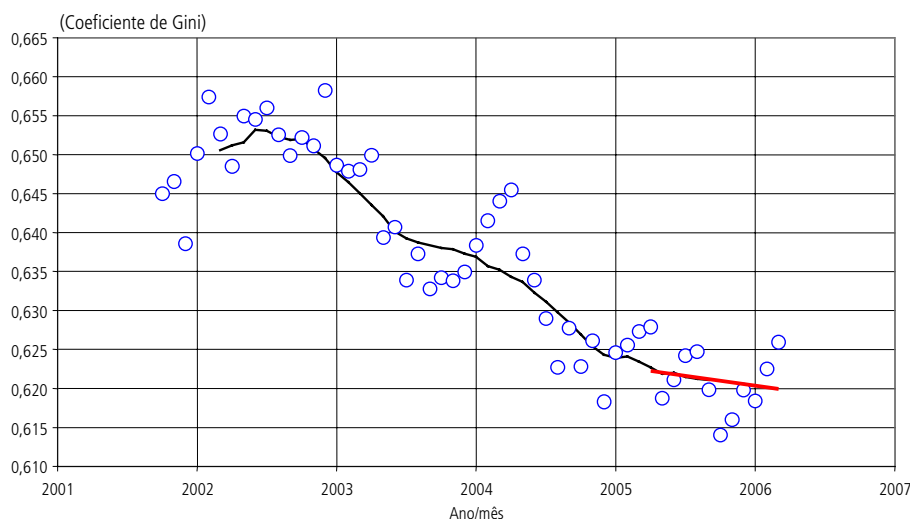
### 2.3 SUSTENTABILIDADE DO DECLÍNIO ATUAL

De forma a examinar o comportamento ainda mais recente da desigualdade de renda, utilizamos as informações da PME. Embora a PME cubra apenas as seis principais regiões metropolitanas (RMs) do país<sup>2</sup> e a noção de renda que dela se pode extrair limite-se aos rendimentos do trabalho, com essa pesquisa temos informações até março de 2006, o que nos permite verificar se a redução na desigualdade identificada com informações da Pnad continuou ao longo de 2005. O gráfico 3 apresenta a evolução recente da desigualdade medida pelo coeficiente de Gini, com base na PME. Conforme esse gráfico mostra, a queda da desigualdade certamente continuou durante o primeiro semestre de 2005, embora isso já não seja tão evidente para os últimos meses do ano.

Portanto, há evidências de que a queda da desigualdade verificada para o período 2001-2004 deve ter se estendido para além desse triênio.

GRÁFICO 3

#### Brasil metropolitano: Evolução da desigualdade de renda do trabalho *per capita* – 2001-2006



Fonte: Estimativas produzidas com base na PME de outubro de 2001 a março de 2006.

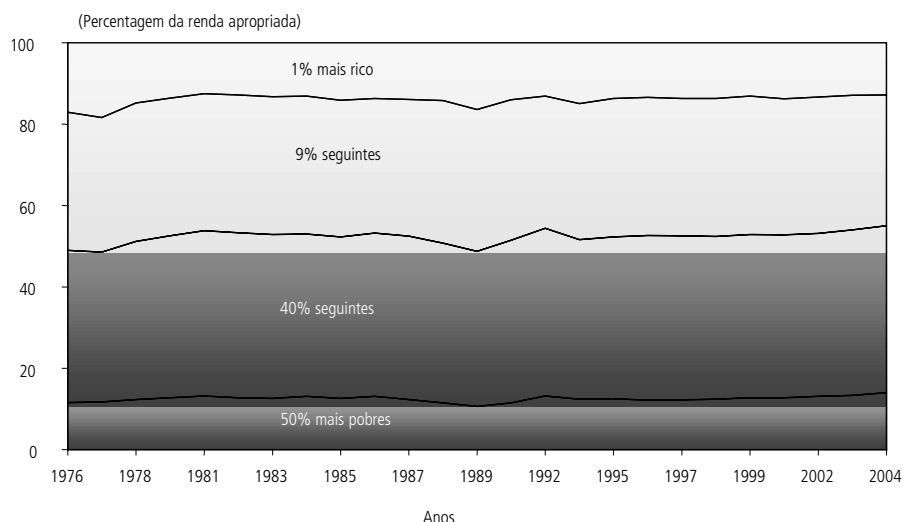
Nota: Referem-se às RMs de Bahia, Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

### 2.4 APESAR DA QUEDA RECENTE, A DESIGUALDADE PERMANECE ELEVADA

Apesar da queda recente, a desigualdade de renda brasileira permanece ainda bastante elevada. Como mostra o gráfico 4, a fatia da renda total apropriada pelo 1% mais rico da população é da mesma magnitude daquela apropriada pelos 50% mais pobres. Além disso, os 10% mais ricos se apropriam de mais de 40% da renda, enquanto os 40% mais pobres se apropriam de menos de 10% da renda.

2. As RMs consideradas são as de Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre.

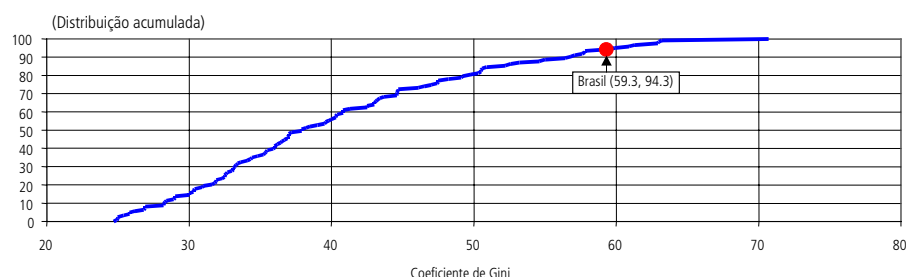
GRÁFICO 4  
**Evolução da renda apropriada pelos centésimos da distribuição**



Fonte: Estimativas produzidas com base nas Pnads de 1976 a 2004, porém nos anos 1980, 1991, 1994 e 2000 a Pnad não foi a campo.

No cenário internacional, o país continua ocupando uma lamentável posição de destaque, caracterizando-se como detentor de um dos mais elevados graus de desigualdade no mundo. Dentre os 124 países no mundo para os quais existem informações disponíveis sobre o grau de desigualdade na distribuição de renda, quase 95% apresentam uma desigualdade menor que a do Brasil (ver gráfico 5).

GRÁFICO 5  
**Distribuição acumulada dos países no mundo segundo o grau de desigualdade**



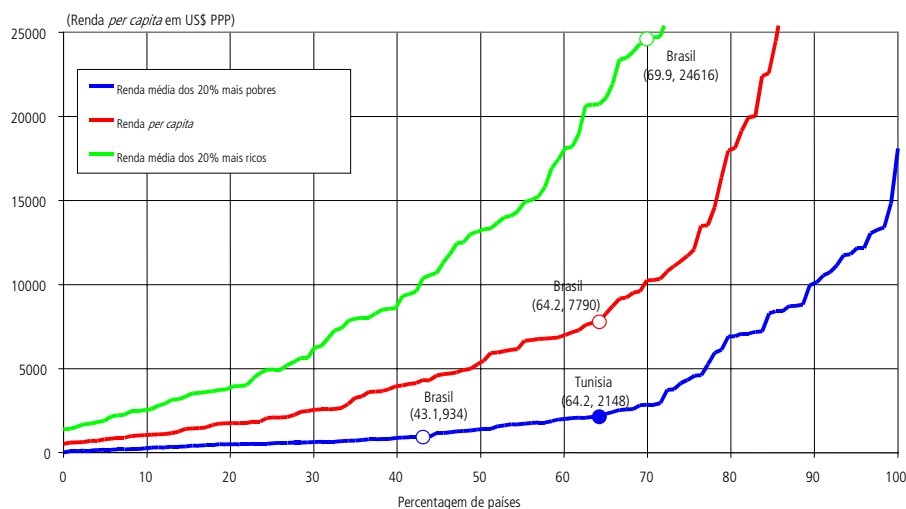
Fonte: Estimativas produzidas com base em PNUD (2005).

Nota: Estão sendo considerados 124 países para os quais existe a informação.

Uma forma alternativa de verificar que o nível da desigualdade no país ainda é muito elevado é comparar a distribuição de países no mundo segundo a renda *per capita* com a distribuição desses países segundo a renda média dos 20% mais pobres (ver gráfico 6). Esse gráfico revela que, enquanto 64% dos países têm renda *per capita* inferior à brasileira, somente 43% têm renda média dos 20% mais pobres menor que a brasileira.

GRÁFICO 6

### Distribuição dos países no mundo segundo a renda *per capita*, a renda média dos 20% mais ricos e a renda média dos 20% mais pobres



Para que o Brasil passasse a ocupar, na distribuição de países segundo a renda média dos 20% mais pobres, a mesma posição que tem na distribuição dos países segundo a renda *per capita*, a proporção da renda apropriada pelos 20% mais pobres deveria dobrar. Entre 2001 e 2004, essa proporção cresceu cerca de 4% a.a. Assim, caso essa velocidade fosse mantida, seriam necessários cerca de 25 anos para que a posição internacional do Brasil com relação à renda dos 20% mais pobres se alinhasse com sua posição relativa à renda *per capita*.

## 3 A IMPORTÂNCIA DA QUEDA RECENTE DA DESIGUALDADE SOBRE A POBREZA

Reduções na pobreza de um país ocorrem quando a renda dos mais pobres aumenta. Esse aumento na renda dos mais pobres, por sua vez, pode resultar tanto do crescimento econômico como de reduções no grau de desigualdade.

Nesta seção mostramos a importância da queda recente da desigualdade para o crescimento da renda dos mais pobres e, conseqüentemente, para a redução da pobreza e da extrema pobreza no país. As estimativas aqui analisadas focam apenas o período 2001-2004.

### 3.1 IMPACTO SOBRE A RENDA DOS MAIS POBRES

Uma redução na desigualdade significa que os mais pobres passam a se apropriar de uma fatia maior da renda total da sociedade. Analisando a curva de Lorenz, uma redução na desigualdade significa um deslocamento dessa curva na direção da reta de perfeita igualdade. Isso ocorre se a renda média dos mais pobres crescer mais do que a renda média total.

Os gráficos 7A e 7B apresentam a taxa de crescimento anual da renda média para os décimos mais pobres e mais ricos da distribuição, acumulados em décimos, entre



2001 e 2004. As estimativas apresentadas mostram um crescimento de cerca de 7% a.a. na renda média dos 10% mais pobres, apesar de a renda *per capita* brasileira ter declinado 0,9% a.a. Se tomarmos a renda média dos 50% mais pobres, esta cresceu 2,4% a.a., ao passo que a renda média dos 50% mais ricos caiu 1,4% a.a. O resultado final sobre a desigualdade foi, conforme já discutido, uma redução no coeficiente de Gini de 4%.

GRÁFICOS 7A

**Taxa de crescimento anual da renda *per capita* dos décimos mais pobres entre 2001 e 2004**

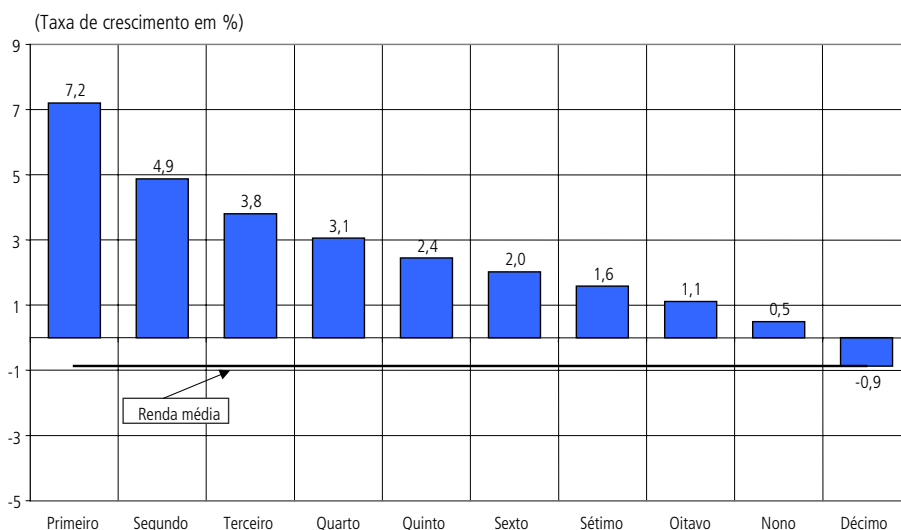
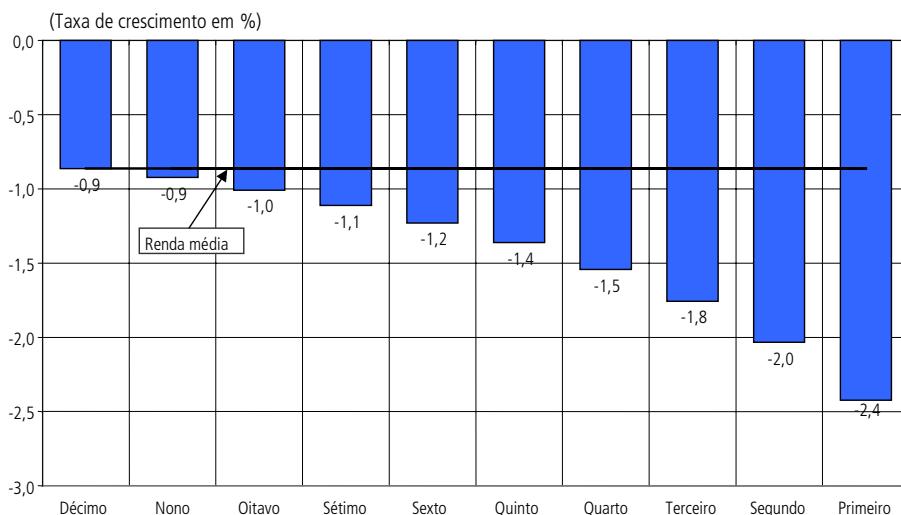


GRÁFICO 7B

**Taxa de crescimento anual na renda *per capita* dos décimos mais ricos entre 2001 e 2004**



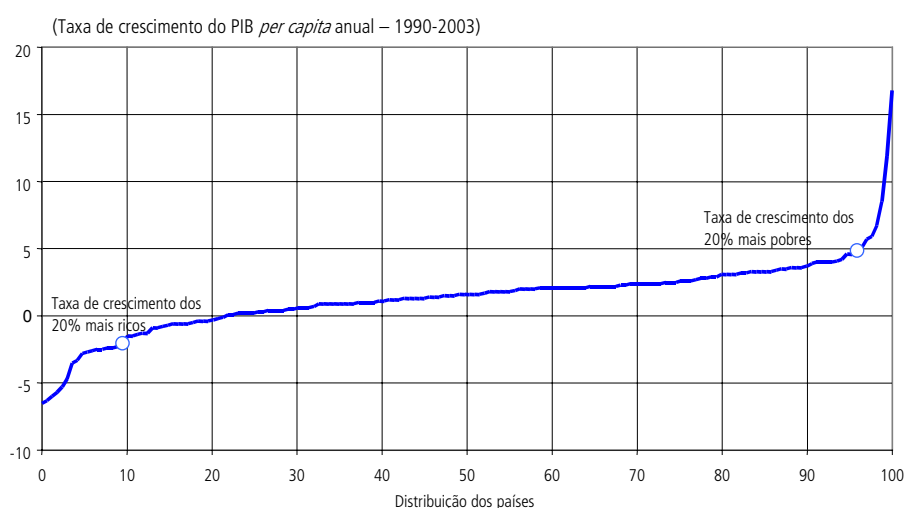
Em suma, os resultados apresentados mostram que quando há reduções na desigualdade, a renda dos mais pobres pode crescer mesmo na ausência de crescimento econômico.

### 3.2 PERCEPÇÃO DOS MAIS POBRES E DOS MAIS RICOS SOBRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO

O gráfico 8 apresenta a distribuição da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* anual entre os anos de 1990 e 2003, para 170 países no mundo. Nesse gráfico estão marcadas as taxas anuais de crescimento da renda dos 20% mais pobres e dos 20% mais ricos no Brasil entre 2001 e 2004. Mais de 90% dos países no mundo apresentaram uma taxa anual de crescimento da renda *per capita* menor do que a observada para os 20% mais pobres brasileiros. Portanto, a percepção dos mais pobres é de estar vivendo em um país de alto nível de crescimento econômico. Por outro lado, apenas 10% dos países apresentam uma taxa anual de crescimento menor do que a observada para os 20% mais ricos brasileiros e, portanto, esse grupo tem a percepção de viver em um país que enfrenta uma grave crise.

GRÁFICO 8

**Distribuição da taxa de crescimento do PIB *per capita* anual entre os anos de 1990 e 2003 segundo os países no mundo**

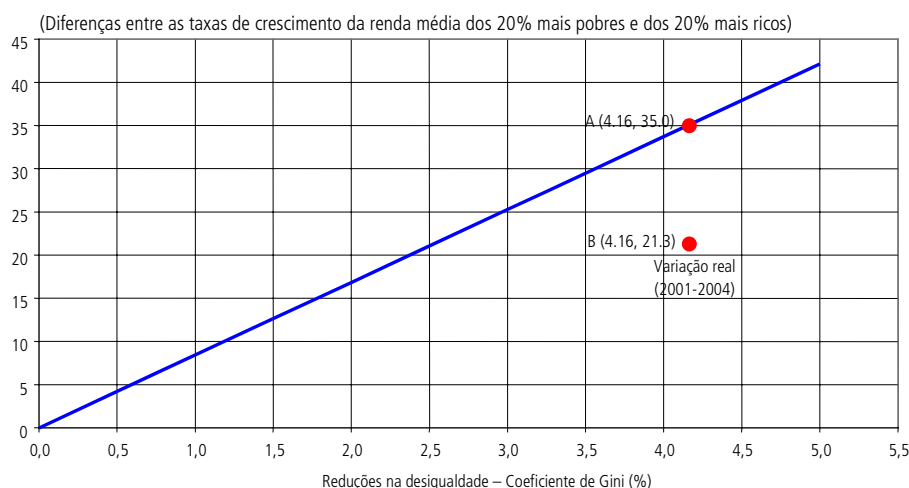


O gráfico 9 mostra, para cada redução no coeficiente de Gini, de quanto seria a diferença entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos em termos da taxa de crescimento da renda média, utilizando a distribuição de 2001 como ponto de partida. Essas reduções no coeficiente de Gini pressupõem mudanças proporcionais<sup>3</sup> na curva de Lorenz. Assim, o ponto A nesse gráfico mostra que uma redução de 4,2% no coeficiente de Gini levaria a que a taxa de crescimento da renda dos 20% mais pobres fosse 34 pontos percentuais (p.p.) superior à dos 20% mais ricos.

3. As mudanças proporcionais na curva de Lorenz são aquelas que equivalem a uma transferência de renda dos que estão acima da média para aqueles que estão abaixo. Todos os que estão acima da média devem ser taxados proporcionalmente a quão acima da média estão, e todos os que estão abaixo da média devem receber um subsídio proporcional a quão abaixo da média estão.

GRÁFICO 9

### Relação entre a diferença na taxa de crescimento da renda dos 20% mais pobres e dos 20% mais ricos e reduções na desigualdade



Entretanto, o que de fato ocorreu no período 2001-2004 está representado pelo ponto B, isto é, com a redução de 4,2% ocorrida na desigualdade de renda, a diferença entre a taxa de crescimento da renda dos 20% mais pobres e a dos 20% mais ricos foi de 21 p.p., 13 p.p. abaixo do previsto no gráfico. A razão para essa discrepância entre o que poderia ter acontecido e o que de fato ocorreu vem da maneira como a curva de Lorenz efetivamente se transformou. Se a mudança nessa curva tivesse sido proporcional, a queda de desigualdade poderia ter beneficiado ainda mais intensamente aos pobres. No entanto, a mudança ocorrida foi bem menos acentuada na cauda inferior da distribuição do que o previsto caso tivesse ocorrido uma transformação proporcional e, portanto, foi menos favorável aos pobres.

### 3.3 IMPACTO SOBRE OS NÍVEIS DE POBREZA E DE EXTREMA POBREZA

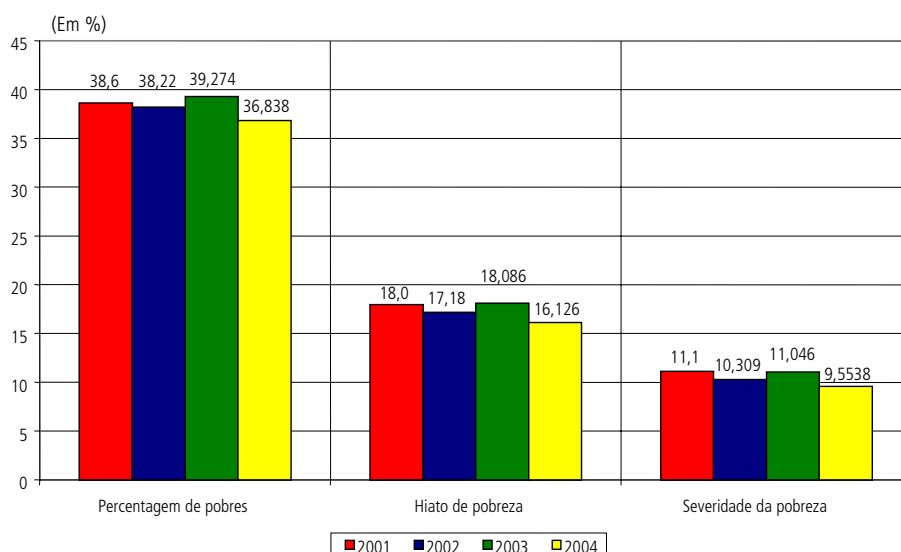
Os níveis de pobreza e de extrema pobreza caíram entre 2001 e 2004, conforme podemos observar nos gráficos 10A e 10B. Tanto para a pobreza quanto para a extrema pobreza, os três indicadores utilizados (percentagem de pobres, hiato de pobreza e severidade da pobreza<sup>4</sup>) mostram uma redução entre 1 e 2 p.p. no período. Interessante observar, em primeiro lugar, que as reduções nos níveis de pobreza e extrema pobreza não foram contínuas no período, tendo ocorrido inclusive um aumento acentuado entre 2002 e 2003. Em segundo lugar, as reduções tanto na pobreza quanto na extrema pobreza medidas pela percentagem de pobres foram muito semelhantes, com a queda na extrema pobreza sendo 0,3 p.p. maior.

4. Para medir pobreza e extrema pobreza foram utilizadas linhas diferenciadas regionalmente que, em média, valem R\$ 154 e R\$ 77 por pessoa ao mês (a.m.), respectivamente. São consideradas pobres e extremamente pobres todas as pessoas que vivem em domicílios com renda *per capita* inferior a esses valores. Por hiato de pobreza entendemos a proporção de pobres multiplicada pela distância média dos pobres à linha de pobreza. Essa medida, portanto, leva em consideração não apenas a percentagem de pobres, mas também a profundidade da pobreza. A severidade da pobreza é dada pelo produto da percentagem de pobres pela distância quadrática média à linha de pobreza. Ela, portanto, não apenas considera o número de pobres e a profundidade da pobreza, como também dá maior peso para os mais pobres. Por exemplo, um pobre que tenha uma renda igual à metade da linha de pobreza, tem um peso quatro vezes menor que o de um pobre que não tem renda alguma.

Entretanto, quando os indicadores observados são o hiato de pobreza e a severidade da pobreza, temos que a queda na pobreza foi mais acentuada do que na extrema pobreza, com uma diferença de 0,5 p.p.

GRÁFICOS 10A

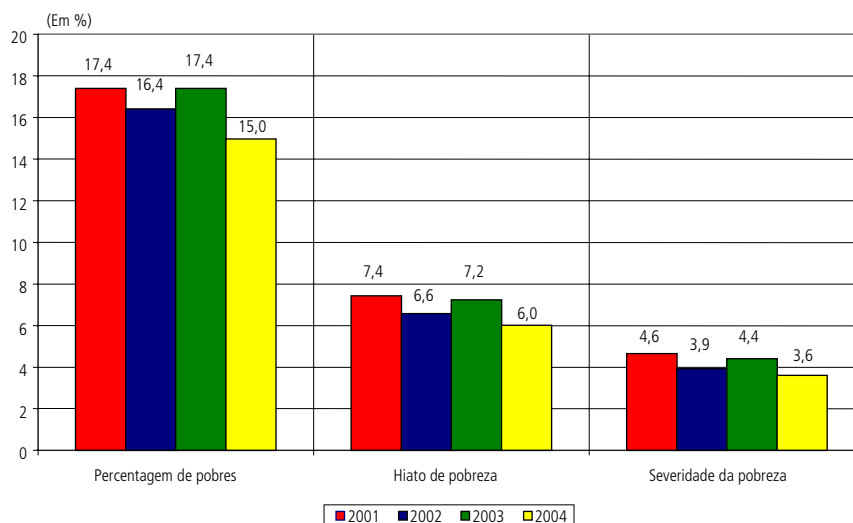
### Evolução temporal da pobreza entre 2001 e 2004



Fonte: Estimativas produzidas com base nas Pnads de 2001 a 2004.

GRÁFICO 10B

### Evolução temporal da extrema pobreza entre 2001 e 2004



Fonte: Estimativas produzidas com base nas Pnads de 2001 a 2004.

Como houve redução da renda *per capita* nesse período, toda a queda observada nos níveis de pobreza e extrema pobreza entre 2001 e 2004 se deveu à queda da desigualdade de renda. Na realidade, o fato de a renda *per capita* ter declinado fez com que o efeito sobre a pobreza da queda da desigualdade fosse inferior ao que poderia ter sido caso a renda *per capita* não tivesse se alterado. As estimativas

apresentadas na tabela 1 mostram qual teria sido a redução na pobreza e na extrema pobreza caso não tivesse ocorrido uma redução na renda *per capita*, ou seja, mostra a contribuição da queda da desigualdade de renda para a redução nos níveis de pobreza e de extrema pobreza. Os resultados indicam que, caso a renda média não tivesse se alterado, as reduções nos níveis de pobreza e de extrema pobreza teriam sido de cerca de 2,6 p.p.

TABELA 1

**Contribuição de reduções na desigualdade e de crescimento balanceado para a queda na pobreza e na extrema pobreza**

Indicadores	Pobreza	Extrema pobreza
Redução na pobreza caso não tivesse ocorrido uma redução na renda <i>per capita</i> entre 2001 e 2004 (p.p.)	2,84	3,00
Redução no índice de Gini (%)	4,16	4,16
Crescimento balanceado necessário para que a queda na pobreza fosse igual à gerada pela queda na desigualdade (%)	8,0	14,0
Crescimento equivalente a 1% de redução na desigualdade	1,52	3,29

Fonte: Estimativas produzidas com base nas Pnads de 2001 e 2004.

Uma outra forma de avaliar a magnitude da contribuição da queda da desigualdade para a redução nos níveis de pobreza e de extrema pobreza é verificar qual seria o crescimento econômico necessário para, ele sozinho, sem a ajuda da redução na desigualdade, gerar quedas na pobreza e na extrema pobreza de 2,6 p.p. Note-se que essas quedas na pobreza e na extrema pobreza de 2,6 p.p. são de magnitude igual àquelas originadas pela redução que efetivamente ocorreu na desigualdade. As estimativas apresentadas na tabela 1 mostram que, caso não tivesse ocorrido uma queda da desigualdade, o crescimento da renda *per capita* requerido para se alcançar uma queda de 2,6 p.p. dos níveis de pobreza e de extrema pobreza seria de 8% e 14%, respectivamente.

A análise do que ocorreu entre 2003 e 2004, quando houve crescimento econômico, pode ser muito útil para compreendermos melhor a importância da redução na desigualdade ocorrida entre 2001 e 2004. Como mostra a tabela 2, a renda *per capita* cresceu 3% e a desigualdade de renda caiu 2%. Cerca de 3/4 do aumento na renda dos 20% mais pobres resultou dessa queda do grau de desigualdade, o que, caso não tivesse ocorrido, teria gerado um crescimento de apenas 3% na renda desse grupo, ao invés dos fabulosos 13%.

Quando decomparamos a redução observada na pobreza e na extrema pobreza entre 2003 e 2004, podemos observar que mais de 70% da queda ocorrida na extrema pobreza e cerca de 55% da queda na pobreza podem ser explicadas pela redução no grau de desigualdade de renda (ver gráficos 11A e 11B).

Em suma, o tão celebrado crescimento econômico de 2004 foi responsável por menos de 1/3 da queda observada na extrema pobreza e, portanto, para os pobres, a redução no grau de desigualdade foi três vezes mais importante do que o crescimento econômico observado em 2004.

TABELA 2

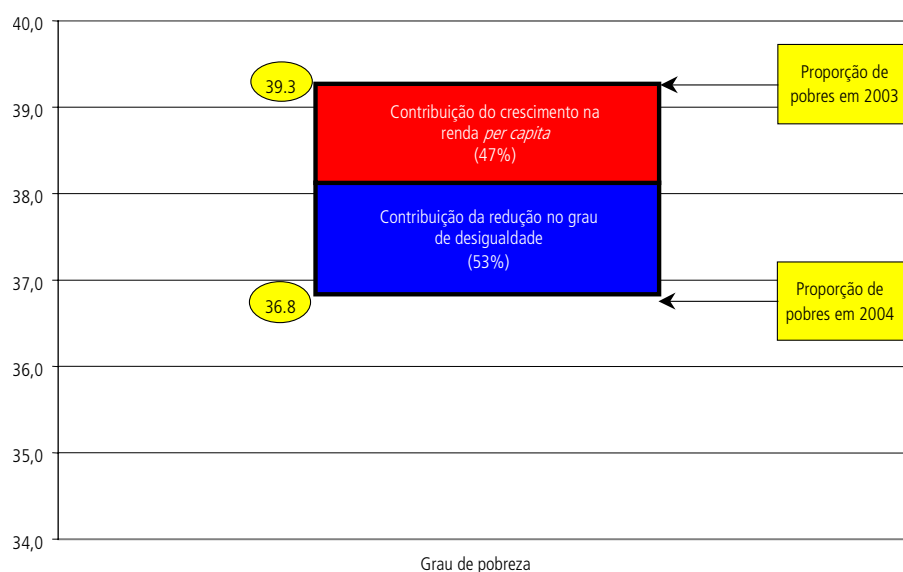
**Brasil: Evolução recente da distribuição de renda – 2003-2004**

Indicadores	Varição
Observado	
Renda <i>per capita</i>	3,4
Grau de desigualdade (coeficiente de Gini)	-2,1
Percentagem de pessoas extremamente pobres <sup>a</sup>	2,4
Renda dos 20% mais pobres	13
O que teria acontecido na ausência do crescimento econômico	
Renda <i>per capita</i>	0
Grau de desigualdade (coeficiente de Gini)	-2,1
Percentagem de pessoas extremamente pobres <sup>a</sup>	1,7
Renda dos 20% mais pobres	9,3
O que teria acontecido na ausência de reduções no grau de desigualdade	
Renda <i>per capita</i>	3,4
Grau de desigualdade (coeficiente de Gini)	0
Percentagem de pessoas extremamente pobres <sup>a</sup>	0,7
Renda dos 20% mais pobres	3,4

Fonte: Estimativas produzidas com base nas Pnads de 2003 e 2004.

<sup>a</sup> Valores expressos em p.p.

GRÁFICO 11A

**Decompondo a redução no grau de pobreza entre 2003 e 2004**

Fonte: Estimativas produzidas com base nas Pnads de 2003 e 2004.

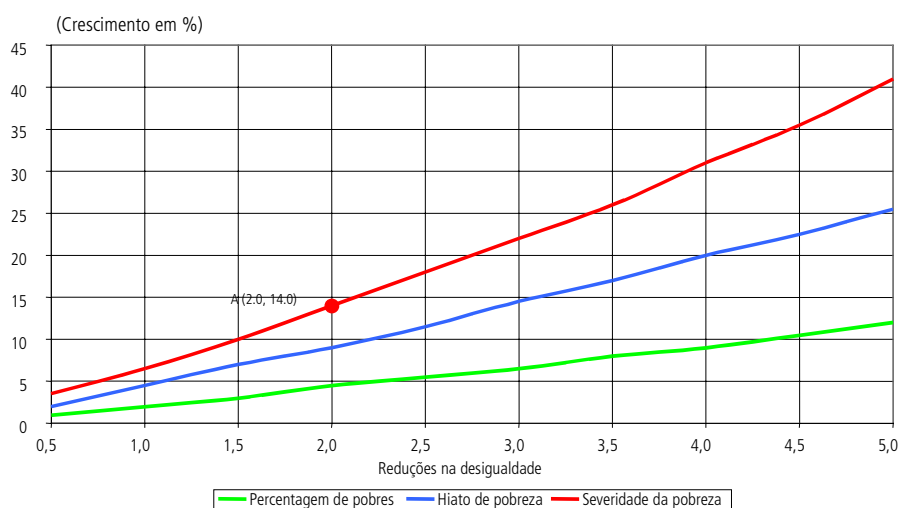
GRÁFICO 11B

**Decompondo a redução no grau de extrema pobreza entre 2003 e 2004**

Fonte: Estimativas produzidas com base nas Pnads de 2003 e 2004.

Por fim, apresentamos nos gráficos 12A e 12B a equivalência entre crescimento econômico e reduções de desigualdade para gerar a mesma redução na pobreza e na extrema pobreza. Novamente, as reduções no coeficiente de Gini pressupõem mudanças proporcionais na curva de Lorenz. Assim, o ponto A no gráfico 12A, por exemplo, mostra que podemos obter a mesma redução na pobreza via um crescimento da renda *per capita* de 15% ou via uma redução no grau de desigualdade de 2%. O gráfico 12B mostra que, para reduzir a extrema pobreza, o crescimento equivalente a essa mesma redução da desigualdade em 2% seria de 45%, portanto duas vezes o necessário para reduzir a pobreza.

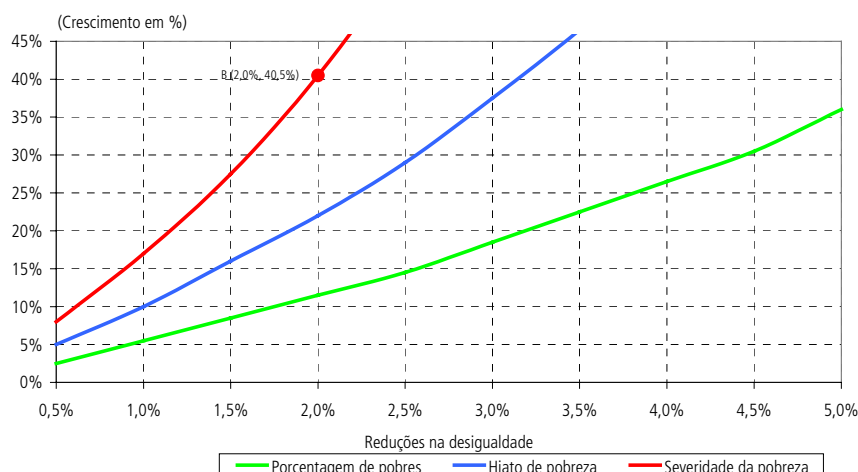
GRÁFICO 12A

**Equivalência entre o crescimento econômico e reduções na desigualdade para reduzir a pobreza**

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnad de 2004.

GRÁFICO 12B

### Equivalência entre o crescimento econômico e reduções na desigualdade para reduzir a extrema pobreza



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pnads de 2004.

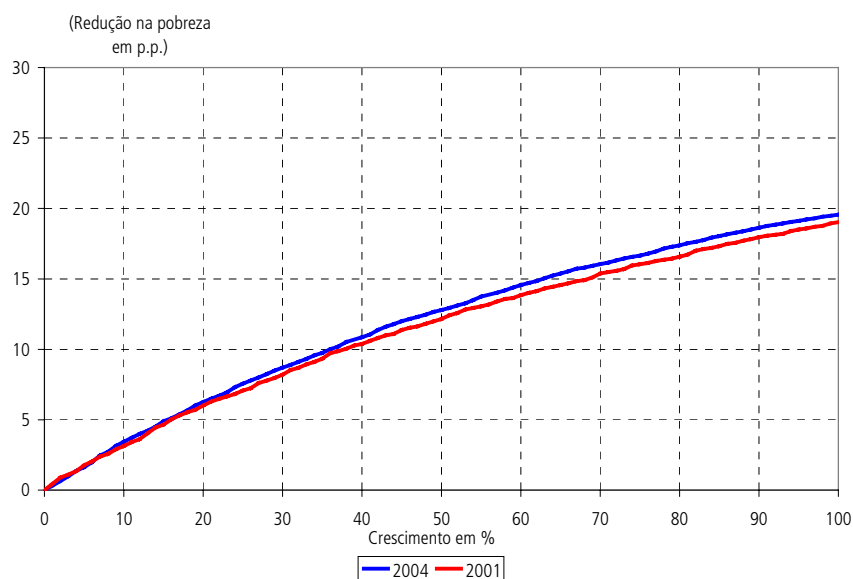
### 3.4 COMPLEMENTARIDADE ENTRE REDUÇÕES DE DESIGUALDADE E CRESCIMENTO ECONÔMICO PARA REDUZIR A POBREZA

Até o momento vimos o quanto reduções no grau de desigualdade de renda funcionam como substitutos para o crescimento econômico em termos de combate à pobreza. No entanto, o impacto do crescimento econômico sobre a pobreza é maior quanto menor seja a desigualdade na distribuição de renda, ou seja, existe um certo grau de complementaridade entre reduções na desigualdade e crescimento econômico. Para compreender melhor tal complementaridade, comparamos o impacto do crescimento sobre a pobreza em 2004, momento de menor desigualdade, com o impacto sobre a pobreza em 2001. As estimativas encontram-se no gráfico 13. Exceto para taxas de crescimento abaixo de 10%, temos que o impacto do crescimento econômico sobre a pobreza é maior em 2004 do que em 2001 (ver gráfico 13), ou seja, o impacto do crescimento econômico é maior quando o grau de desigualdade na distribuição de renda é menor. Assim, níveis mais baixos de desigualdade aumentam a produtividade do crescimento econômico para reduzir a pobreza.<sup>5</sup>

5. Com relação à extrema pobreza, observamos o inverso, isto é, o impacto do crescimento econômico se mostra mais efetivo no cenário em que o grau de desigualdade é maior.



GRÁFICO 13

**Impacto do crescimento econômico sobre a pobreza – 2001 e 2004**

Fonte: Estimativas produzidas com base nas Pnads de 2001 e 2004.

## 4 IDENTIFICANDO OS DETERMINANTES MAIS PRÓXIMOS DA QUEDA DA DESIGUALDADE

- Arcabouço teórico

Nesta seção, apresenta-se uma estrutura analítica que permita relacionar a renda *per capita* das famílias aos seus cinco determinantes mais imediatos. Nosso ponto de partida são os fatores demográficos. A renda *per capita* de uma família depende dos recursos que os membros adultos conseguem gerar e também do número de membros dependentes. Famílias maiores, com muitas crianças, tendem a possuir renda *per capita* menor. Assim, temos que a renda *per capita* de uma família é determinada pela *razão de dependência demográfica* e pela renda por adulto.

Esta última, por sua vez, depende de duas fontes: o trabalho e *outras fontes não derivadas do trabalho* (como as transferências públicas e privadas, além dos ativos). Quanto menos protegida pelo Estado ou por outras famílias e quanto menos ativos tiver, maior a probabilidade de a família possuir renda *per capita* insuficiente.

A desagregação a seguir consiste em abrir o rendimento derivado do trabalho em dois fatores: o *acesso ao trabalho* e a *produtividade do trabalho por trabalhador*. Ou seja, uma família pode ter insuficiência de renda do trabalho ou porque seus membros adultos não estão ocupados (evidentemente, nesse caso, os membros adultos não dispõem de renda do trabalho) ou porque, apesar de estarem ocupados, sua produtividade é baixa e conseqüentemente os salários também o são.

Por fim, partimos para uma última desagregação. Abrimos a produtividade do trabalho por trabalhador em dois componentes: a *qualificação da força de trabalho* e a *qualidade dos postos de trabalho*. Quanto maior a qualificação de um membro da família, maior deverá ser sua remuneração do trabalho e, portanto, menor deverá ser a probabilidade de a família ser pobre. No entanto, a remuneração dos trabalhadores

não depende apenas de suas características pessoais, mas também da natureza do mercado de trabalho. Fatores como o uso de tecnologia, o acesso a crédito e a assistência técnica, a produtividade da terra, entre outros, são aspectos que definem a qualidade dos postos de trabalho e, daí, a remuneração dos trabalhadores.

- **Metodologia**

Neste estudo, obtemos e analisamos estimativas da contribuição de cada um dos determinantes imediatos da renda, apresentados na seção anterior, para explicar a redução na desigualdade ocorrida entre 2001 e 2004.

A contribuição de cada fator é dada por simulação. Entretanto, os determinantes da desigualdade não são investigados nem diretamente nem por separado. Ao contrário, o procedimento utilizado reconhece que a desigualdade é uma função da distribuição de renda. Assim, investiga-se o impacto de cada determinante primeiro sobre a distribuição de renda e, a partir daí, sobre o grau de desigualdade.

O método utilizado encontra-se descrito em Barros *et al.* (2006). Tipicamente, ele estabelece que, para se conhecer a contribuição de mudanças na distribuição de um dado fator de modo a explicar, por exemplo, a recente redução na desigualdade, estima-se qual seria a distribuição de renda, e daí a desigualdade, caso apenas a distribuição desse fator não tivesse sido alterada, enquanto as de todos os demais fatores tivessem seguido seu curso verificado no período. Nesse caso, a diferença entre a desigualdade observada e a desigualdade simulada seria um indicador do impacto das mudanças na distribuição desse fator sobre a desigualdade.

## **5 ANÁLISE DOS DETERMINANTES IMEDIATOS DA QUEDA RECENTE DA DESIGUALDADE**

Entre 2001 e 2004, apesar da estagnação econômica, houve uma queda acentuada do grau de desigualdade na distribuição da renda. Nesta seção, com base na metodologia desenvolvida anteriormente, apresentamos e analisamos estimativas da importância de mudanças na distribuição dos determinantes mais próximos da renda (identificados na seção 4) e suas associações para explicar a queda recente da desigualdade de renda *per capita*. Os resultados obtidos encontram-se nas tabelas 3A, 3B, 3C, 3D e 4.<sup>6</sup>

---

6. Nessas tabelas, diferentes medidas de desigualdade são utilizadas. A medida de desigualdade em renda *per capita* que aparece na tabela 2 é o coeficiente de Gini. Para expressar a desigualdade dos fatores determinantes, optou-se, em geral, pela razão entre a renda dos 20% superiores e dos 20% inferiores da distribuição. A única exceção foi a medida que expressa a desigualdade em renda não derivada do trabalho. Nesse caso, utilizou-se a razão entre os 10% superiores e os 60% inferiores da distribuição. Isso porque, para este fator, é bastante comum observar ampla incidência de zeros nos primeiros décimos da distribuição.

TABELA 3A

**Contribuição da percentagem de adultos, da renda familiar por adulto e associações para explicar a redução no grau de desigualdade em renda *per capita* entre 2001 e 2004**  
[Em %]

Simulações	Grau de desigualdade (coeficiente de Gini)	Contribuição para a redução na desigualdade	Determinantes
Situação em 2001	59,3		
Se as distribuições de renda familiar por adulto e da percentagem de adultos de 2004 fossem iguais às de 2001	59,5	-5	Associação entre a percentagem de adultos e a renda por adulto
Se a distribuição de renda familiar por adulto de 2004 fosse igual à de 2001	59,3	7	Distribuição da percentagem de adultos
Situação em 2004	56,9	99	Distribuição da renda familiar por adulto

Fonte: Estimativas produzidas com base nas Pnads de 2001 e 2004.

TABELA 3B

**Contribuição da renda do trabalho, da renda não-derivada do trabalho e associações para explicar a redução no grau de desigualdade em renda *per capita* entre 2001 e 2004**  
[Em %]

Simulações	Grau de desigualdade (coeficiente de Gini)	Contribuição para a redução na desigualdade	Determinantes
Situação em 2001	59,3		
Se as distribuições de renda familiar por adulto e da percentagem de adultos de 2004 fossem iguais às de 2001	59,5	-5	Associação entre a percentagem de adultos e a renda por adulto
Se a distribuição de renda familiar por adulto de 2004 fosse igual à de 2001	59,3	7	Distribuição da percentagem de adultos
Se as distribuições de renda do trabalho por adulto e renda de não-trabalho por adulto de 2004 fossem iguais às de 2001	58,9	15	Associação entre renda derivada do trabalho por adulto e renda não-derivada do trabalho por adulto
Se a distribuição de renda do trabalho por adulto de 2004 fosse igual à de 2001	58,1	35	Distribuição de renda não-derivada do trabalho
Situação em 2004	56,9	49	Distribuição da renda do trabalho por adulto

Fonte: Estimativas produzidas com base nas Pnads de 2001 e 2004.

TABELA 3C

**Contribuição da taxa de ocupação, da renda do trabalho por trabalhador e associações para explicar a redução no grau de desigualdade em renda *per capita* entre 2001 e 2004**  
[Em %]

Simulações	Grau de desigualdade (coeficiente de Gini)	Contribuição para a redução na desigualdade	Determinantes
Situação em 2001	59,3		
Se as distribuições de renda familiar por adulto e da percentagem de adultos de 2004 fossem iguais às de 2001	59,5	-5	Associação entre a percentagem de adultos e a renda por adulto
Se a distribuição de renda familiar por adulto de 2004 fosse igual à de 2001	59,3	7	Distribuição da percentagem de adultos
Se as distribuições de renda do trabalho por adulto e renda de não-trabalho por adulto de 2004 fossem iguais às de 2001	58,9	15	Associação entre renda derivada do trabalho por adulto e renda não-derivada do trabalho por adulto
Se a distribuição de renda do trabalho por adulto de 2004 fosse igual à de 2001	58,1	35	Distribuição de renda não-derivada do trabalho
Se as distribuições de renda do trabalho por trabalhador e da percentagem de adultos ocupados de 2004 fossem iguais às de 2001	58,1	-1	Associação entre a percentagem de adultos ocupados e a renda do trabalho por trabalhador
Se a distribuição de renda do trabalho por trabalhador de 2004 fosse igual à de 2001	58,0	4	Distribuição da percentagem de ocupados
Situação em 2004	56,9	45	Distribuição da renda do trabalho por trabalhador

Fonte: Estimativas produzidas com base nas Pnads de 2001 e 2004.

TABELA 3D

**Contribuição da qualificação do trabalhador, qualidade do posto de trabalho e associações para explicar a redução no grau de desigualdade em renda *per capita* entre 2001 e 2004**

[Em %]

Simulações	Grau de desigualdade (coeficiente de Gini)	Contribuição para a redução na desigualdade	Determinantes
Situação em 2001	59,3		
Se as distribuições de renda familiar por adulto e da percentagem de adultos de 2004 fossem iguais às de 2001	59,5	-5	Associação entre a percentagem de adultos e a renda por adulto
Se a distribuição de renda familiar por adulto de 2004 fosse igual à de 2001	59,3	7	Distribuição da percentagem de adultos
Se as distribuições de renda do trabalho por adulto e renda de não-trabalho por adulto de 2004 fossem iguais às de 2001	58,9	15	Associação entre renda derivada do trabalho por adulto e renda não-derivada do trabalho por adulto
Se a distribuição de renda do trabalho por adulto de 2004 fosse igual à de 2001	58,1	35	Distribuição de renda não-derivada do trabalho
Se as distribuições de renda do trabalho por trabalhador e da percentagem de adultos ocupados de 2004 fossem iguais à de 2001	58,1	-1	Associação entre a percentagem de adultos ocupados e a renda do trabalho por trabalhador
Se a distribuição de renda do trabalho por trabalhador de 2004 fosse igual à de 2001	58,0	4	Distribuição da percentagem de ocupados
Se as distribuições da qualidade do posto de trabalho e a qualificação dos trabalhadores de 2004 fossem iguais às de 2001	57,8	6	Associação entre a qualidade do posto de trabalho e a qualificação dos trabalhadores
Se a distribuição da qualidade do posto de trabalho de 2004 fosse igual à de 2001	57,6	11	Distribuição da qualificação dos trabalhadores
Situação em 2004	56,9	28	Distribuição da qualidade dos postos de trabalho

Fonte: Estimativas produzidas com base nas Pnads de 2001 e 2004.

TABELA 4

### Evolução da distribuição dos fatores determinantes da renda *per capita* entre 2001 e 2004

Fatores determinantes	2001			2004			Variação 2004-2001		
	Média	Desigualdade (razão entre os 20% superiores e os 20% inferiores)	Desigualdade (razão entre os 10% superiores e os 60% inferiores)	Média	Desigualdade (razão entre os 20% superiores e os 20% inferiores)	Desigualdade (razão entre os 10% superiores e os 60% inferiores)	Média	Desigualdade (razão entre os 20% superiores e os 20% inferiores)	Desigualdade (razão entre os 10% superiores e os 60% inferiores)
Renda <i>per capita</i> <sup>a</sup>	405	26,9	2,54	394	21,9	2,23	-2,64	-18,5	-12,5
Percentagem de adultos (15 anos e mais)	71,2	2,48	0,30	72,9	2,42	0,29	2,35	-2,72	-3,01
Renda por adulto <sup>a</sup>	544	19,4	2,13	519	15,9	1,86	-4,78	-17,9	-12,8
Renda não-derivada do trabalho por adulto	108	-	214	111	-	32,7	3,01	-	-84,7
Renda do trabalho por adulto	436	59,4	2,78	408	53,6	2,53	-6,91	-9,90	-9,02
Percentagem de adultos ocupados	61,8	6,11	0,41	63,3	5,91	0,40	2,40	-3,18	-3,07
Renda do trabalho por trabalhador	732	21,0	2,10	665	18,9	1,92	-9,97	-9,85	-8,32
Qualificação do trabalhador <sup>b</sup>	0,91	5,43	2,10	0,98	5,38	0,84	7,03	-1,03	-59,9
Qualidade do posto de trabalho <sup>a</sup>	749	9,37	0,98	641	8,68	0,93	-16,8	-7,37	-5,76

Fontes: Estimativas produzidas com base nas Pnads 2001 e 2004.

<sup>a</sup> Todos as rendas e a qualidade dos postos de trabalho estão expressas em reais de 2004.

<sup>b</sup> Em múltiplos da qualificação média dos trabalhadores em 2004.

## 5.1 A IMPORTÂNCIA DA DEMOGRAFIA

Já vimos que a renda familiar *per capita* pode ser descrita como o produto entre a percentagem de adultos na família e a renda por adulto. Portanto, a redução na desigualdade de renda *per capita* é uma função de mudanças: *a*) na distribuição da percentagem de adultos na família; *b*) na distribuição da renda por adulto; e *c*) na associação entre essas duas distribuições.

As estimativas apresentadas na tabela 3A mostram que a evolução na distribuição da percentagem de adultos na família é responsável por apenas 7% da redução na desigualdade de renda *per capita* ocorrida entre 2001 e 2004. A baixa contribuição desse fator pode ser explicada pela ausência de mudanças significativas em sua distribuição durante o período. Como podemos observar na tabela 4, a percentagem de adultos na família aumentou, em média, pouco mais de 2% entre 2001 e 2004, e a desigualdade em sua distribuição caiu cerca de 3%.

A associação entre a distribuição da percentagem de adultos na família e a renda por adulto não contribuiu em nada para explicar a queda da desigualdade de renda *per capita*. Em verdade, sua contribuição foi negativa (-5%).

Portanto, praticamente toda a queda da desigualdade de renda nesse período pode ser explicada por mudanças na distribuição da renda por adulto. De acordo com a tabela 4, embora a média desse fator tenha caído 5% entre 2001 e 2004, a desigualdade em sua distribuição se reduziu em 18%.

## 5.2 A IMPORTÂNCIA RELATIVA DA RENDA DERIVADA DO TRABALHO E DA NÃO-DERIVADA DO TRABALHO

Dada a importância da distribuição da renda por adulto, o próximo passo foi decompor sua contribuição. Sabemos que a renda por adulto pode ser descrita como a soma da renda derivada do trabalho por adulto e da não-derivada do trabalho por adulto.

As estimativas apresentadas na tabela 3B mostram que a mudança na distribuição da renda não-derivada do trabalho por adulto é responsável por 35% da redução na desigualdade de renda *per capita* ocorrida entre 2001 e 2004. Como se pode observar na tabela 4, a desigualdade na distribuição desse fator caiu 85%.

Com relação à mudança na distribuição da renda do trabalho por adulto, observamos que sua contribuição para explicar a redução recente na desigualdade de renda *per capita* é de 47%. A tabela 3 revela que, apesar de a renda do trabalho por adulto ter declinado cerca de 7% no período, a desigualdade em sua distribuição caiu 10%.

A associação entre as distribuições da renda não-derivada do trabalho por adulto e da renda do trabalho por adulto também se mostrou importante para explicar a queda da desigualdade de renda ocorrida no período, tendo contribuído com 15%.

## 5.3 A IMPORTÂNCIA DA TAXA DE OCUPAÇÃO

Vimos que, entre os determinantes imediatos da renda do trabalho por adulto, a distribuição da renda do trabalho é o fator mais relevante para explicar a queda da desigualdade de renda *per capita* ocorrida entre 2001 e 2004. Portanto, avançaremos em nossa seqüência de decomposições, abrindo a contribuição desse fator.

A renda do trabalho por adulto é o produto entre a taxa de ocupação dos membros adultos da família e a renda do trabalho por trabalhador. De acordo com as estimativas apresentadas na tabela 3C, as mudanças na distribuição da taxa de ocupação não foram importantes para explicar a queda da desigualdade de renda *per capita*, tendo esse fator apresentado uma contribuição de apenas 5%. Essa baixa contribuição deve-se ao fato de a distribuição da taxa de ocupação praticamente não ter se alterado entre 2001 e 2004, conforme indica a tabela 4.

Com relação às transformações na distribuição da renda do trabalho por trabalhador, temos que sua contribuição para explicar a queda recente da desigualdade de renda *per capita* é de 46%. Apesar da redução de 10% na média da distribuição desse fator, o seu grau de desigualdade declinou também cerca de 10%.

A associação entre as distribuições da taxa de participação e da renda do trabalho por trabalhador não se mostrou importante para explicar a queda de desigualdade de renda ocorrida no período.

#### **5.4 A IMPORTÂNCIA RELATIVA DA QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES E DA QUALIDADE DOS POSTOS DE TRABALHO**

O último passo consiste em decompor a contribuição do fator que mostrou (ver subseção anterior) ser o mais relevante: a renda do trabalho por trabalhador.

A renda do trabalho por trabalhador pode ser descrita como o produto entre a qualificação dos trabalhadores e a qualidade dos postos de trabalho. As estimativas apresentadas na tabela 3D mostram que a mudança na distribuição da qualificação dos trabalhadores é responsável por 11% da redução na desigualdade de renda *per capita* ocorrida no período. Como podemos observar na tabela 4, a qualificação do trabalhador aumentou em cerca de 7% entre 2001 e 2004, mas a desigualdade na sua distribuição caiu ligeiramente, em cerca de 1%.

Já com relação à mudança na distribuição da qualidade dos postos de trabalho, observamos que sua contribuição para explicar a redução recente na desigualdade de renda *per capita* é de 28%. Apesar da qualidade média dos postos de trabalho ter declinado 17% no período, a desigualdade em sua distribuição também caiu em cerca de 7%.

A associação entre a distribuição da qualificação dos trabalhadores e a qualidade dos postos de trabalho também se mostrou relativamente importante para explicar a queda observada na desigualdade, contribuindo com 16%.

### **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste estudo, buscou-se inicialmente apresentar uma descrição da evolução da desigualdade de renda brasileira ao longo dos últimos 30 anos. As evidências encontradas são de que, nos dias atuais, a desigualdade é indubitavelmente a menor de todos os anos, exceto quando comparada ao final da década de 1970 e início da de 1980, quando as respectivas curvas de Lorenz se cruzam com a de 2004. Contudo, se utilizamos medidas de desigualdade não muito sensíveis à cauda inferior da distribuição, encontramos que a desigualdade em 2004 é a menor.

Essa menor desigualdade de hoje tem origem no declínio experimentado a partir de 2001. Tomando-se como medida o coeficiente de Gini, a desigualdade já caiu 4% de 2001 até 2004. Embora seja uma queda significativa, vimos que não foi a maior nem a mais prolongada dos últimos 30 anos. Porém, vimos também que existem evidências de que a desigualdade continua caindo, e o desafio é alcançar reduções ainda maiores por tempo mais prolongado.

Apesar da queda recente, a desigualdade de renda brasileira permanece muito alta. O 1% mais rico e os 50% mais pobres da população se apropriam essencialmente da mesma parcela da renda total. Para o país se alinhar ao padrão internacional, seria necessário que o grau de desigualdade continuasse a declinar à velocidade observada ao longo do último triênio, por mais 25 anos.



A promoção da igualdade é um valor. Na medida em que esse valor é compartilhado por muitos brasileiros, justifica por si só que a agenda política e econômica do país esteja voltada para tornar sustentável essa queda de desigualdade. No entanto, conforme se apresentou, reduções na desigualdade são também instrumentos valiosos para combater a pobreza e principalmente a extrema pobreza. Estas últimas são reduzidas quando a renda dos mais pobres cresce. Em 2004, a renda per capita dos 20% mais pobres cresceu 13% e, conseqüentemente, a percentagem de pessoas em extrema pobreza declinou 2,4 p. p., um feito histórico.

Afinal, que fatores fazem com que a renda dos mais pobres cresça? O primeiro deles é o crescimento econômico balanceado, que eleva igualmente a renda de todos os grupos. O segundo são as reduções no grau de desigualdade, as quais elevam a fatia de renda dos pobres e reduzem a dos ricos. Em 2004, mais de 3/4 do aumento na renda dos 20% mais pobres resultaram de reduções no grau de desigualdade. Caso elas não tivessem ocorrido, a renda dos mais pobres teria crescido apenas 3%, no lugar dos fabulosos 12%. O tão celebrado crescimento econômico de 2004 foi responsável por apenas 1/4 da queda da extrema pobreza. Assim, para os pobres, três vezes mais importante do que o crescimento econômico de 2004 foi a redução no grau de desigualdade.

Para que a pobreza continue a cair é indispensável que a renda dos pobres siga crescendo a taxas superiores a 10% a.a. Como o crescimento econômico não será dessa magnitude, é imprescindível que o grau de desigualdade continue declinando de forma acentuada.

Mas o que fazer para o Brasil continuar reduzindo o grau de desigualdade de renda? Aprender sobre o que causou a queda recente entre 2001 e 2004 pode ser extremamente útil para desenhar intervenções futuras. Afinal, na medida em que existir margem para que os fatores determinantes da queda da desigualdade no passado continuem sendo modificados, eles poderão continuar gerando impacto. Além disso, esse tipo de análise revela fatores que estão estagnados e cuja transformação poderia estar sendo promovida em prol de reduções ainda maiores no grau de desigualdade de renda.

Os resultados encontrados neste estudo apontam para uma variedade de fatores. Mais de 1/3 do declínio da desigualdade resultou da evolução da renda não-derivada do trabalho, apesar de esta representar menos de 1/4 da renda total. Mudanças na distribuição da renda do trabalho explicam menos da metade da queda observada na desigualdade, embora essa renda represente mais de 3/4 da renda total. Também importante para a queda no grau de desigualdade foi a redução na associação entre essas duas fontes de renda.

A parcela da queda da desigualdade que decorreu de mudanças na renda do trabalho definitivamente não resultou de mudanças no acesso ao trabalho. Resultou de mudanças na distribuição das remunerações, associadas tanto à melhor distribuição das qualificações dos trabalhadores como à melhor distribuição da qualidade dos postos de trabalho. A queda no grau de desigualdade também foi favorecida pela redução na associação entre a qualificação dos trabalhadores e a qualidade dos postos de trabalho. Vale ressaltar que a evolução da qualidade dos postos de trabalho é pelo menos duas vezes mais importante que as mudanças ocorridas na qualificação da

força de trabalho para explicar a queda da desigualdade. Algumas evidências não tratadas neste estudo apontam a interiorização da atividade econômica, a redução da segmentação entre municípios de grande e pequeno porte e a melhora na agricultura como alguns dos principais fatores por trás da tão relevante melhoria na distribuição da qualidade dos postos de trabalho.

Em suma, para direcionar nossos esforços na transformação daqueles fatores que foram os mais relevantes para explicar a queda recente da desigualdade de renda, teríamos de priorizar: *a)* medidas que melhorem a qualidade média dos postos de trabalho ocupados pelos mais pobres, que vão desde a promoção de maior integração entre diferentes setores produtivos, passando pela ampliação de microcrédito e assistência técnica, até o desenvolvimento de melhores técnicas produtivas; *b)* o fortalecimento da rede de proteção social, aumentando, sobretudo, sua cobertura nacional; e *c)* políticas educativas visando aumentar ainda mais a escolaridade da força de trabalho. Vale ressaltar que, dentre os cinco fatores determinantes estudados, dois vêm recebendo massivos investimentos, mas ainda não começaram a afetar consideravelmente o grau de desigualdade de renda: a taxa de ocupação e a qualificação dos trabalhadores. É de se esperar que possamos coletar os frutos desses investimentos em breve, e a desigualdade possa continuar caindo em velocidade ainda mais acelerada.

## REFERÊNCIAS

BARROS, R. P. DE *et al.* Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira. *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, jun. 2006.

PNUD. Projeto das Nações Unidas. *Human Development Report*, 2005.

## **EDITORIAL**

### **Coordenação**

Ronald do Amaral Menezes

### **Supervisão**

Marcos Hecksher

### **Revisão**

Lucia Duarte Moreira  
Alejandro Sainz de Vicuña  
Eliezer Moreira  
Elisabete de Carvalho Soares  
Marcio Alves de Albuquerque  
Míriam Nunes da Fonseca

### **Editoração**

Roberto das Chagas Campos  
Carlos Henrique Santos Vianna  
Bruna Werneck Canabrava

## **COMITÊ EDITORIAL**

### **Secretário-Executivo**

Marco Aurélio Dias Pires

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,  
9º andar – sala 908  
70076-900 – Brasília – DF  
Fone: (61) 3315-5406  
Correio eletrônico: madp@ipea.gov.br

### **Brasília**

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,  
9º andar – 70076-900 – Brasília – DF  
Fone: (61) 3315-5090  
Fax: (61) 3315-5314  
Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

### **Rio de Janeiro**

Av. Nilo Peçanha, 50, 6º andar — Grupo 609  
20044-900 – Rio de Janeiro – RJ  
Fone: (21) 2215-1044 R. 234  
Fax (21) 2215-1043 R. 235  
Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

Tiragem: 136 exemplares